

Os perigos das amas de leite para a nação na obra de Emílio Joaquim da Silva Maia (1834-1859)

The dangers of wet nurses to the nation in the work of Emílio Joaquim da Silva Maia (1834-1859)

Diego Regio Giacomassi*

Resumo

Tendo como principal objeto o ensaio médico de Silva Maia contrário ao hábito de adotar amas de leite escravas para a criação e amamentação das crianças das elites brasileiras, este artigo buscou demonstrar de maneira crítica como a higiene médica defendida pelo autor possui afinidades com o poder hegemônico de seu tempo. Detentor de uma possível teoria racialista subentendida principalmente em seu escrito já mencionado, este fator, assim como outros argumentos de sua retórica médica que buscava afirmar as obrigações das mulheres brancas para com a criação das crianças, foram os principais elementos em que pudemos apontar as relações positivas entre as ideias do autor e a ordem social vigente em seu contexto. Inserido em uma realidade pesadamente marcada por valores raciais e patriarcais, o discurso do Dr. Silva Maia realizado na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, de maneira indireta e inconsciente, pode também representar o avanço do Estado sob as elites senhoriais, pois, para Mattos (1987), o Regresso Conservador (1836-1852), na procura de preservar a ordem social ameaçada nos fins da Regência e início do Segundo Reinado, buscou dirigir a população de maneira política, moral e intelectual através de diversos recursos associados a ele.

Palavras-chave: Higiene médica; Racialismo; Amas de leite

Abstract

Having as main object the medical essay of Silva Maia contrary to the habit of adopting slave wet nurses for the creation and breastfeeding of children of the Brazilian elites, this article sought to demonstrate critically how the medical hygiene defended by the author has affinities with the hegemonic power of his time. Possessing a possible racialist theory, this factor, as well as other arguments from his medical rhetoric, which sought to affirm the obligations of white women to the upbringing of children, were the main elements in which we were able to point out the positive relations between the author's ideas and the social order of his time. Inserted in a reality heavily marked by racial and patriarchal values, the speech of Dr. Silva Maia held at the Medical Society of Rio de Janeiro, indirectly and unconsciously, may also represent the advance of the state under the Brazilians elites, while, for Mattos (1987), the Conservative Regress (1836-1852), seeking to preserve the social order, threatened at the ends of the Regency and beginning of the Second Reign, sought to direct the population in a political, moral and intellectual way through several resources.

Keywords: Medical Hygiene; Racialism; Wet nurses

*Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: diegogiacomassi@gmail.com.

Introdução

No dia 12 de julho de 1834 o médico e naturalista romântico Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) foi oficializado como membro titular da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* (1829- 1835). A instituição que um ano depois seria convertida em *Academia Imperial de Medicina* (1835- 1889), oficialmente financiada pelo Estado brasileiro, fora uma dentre as várias organizações e espaços de sociabilidade da intelectualidade presente na corte que o autor fizera parte. Sócio fundador do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, professor de ciências naturais do *Colégio de Pedro II* (1838 a 1859) e diretor da seção de Zoologia e Anatomia Comparada do *Museu Nacional* (1842-1859), o baiano Silva Maia, após formar-se em Filosofia pela *Universidade de Coimbra* (1828) e graduar-se em Medicina e Ciências Físicas pela *Faculdade de Paris* (1830-1833), engajou-se na cidade do Rio de Janeiro de 1834 até o final de sua vida na promoção das ciências no Brasil.

Tido como “médico romântico de formação francesa” segundo Ferreira (2004, p. 103), “herdeiro do iluminismo” para Kury (1998, p. irreg), o Dr. Silva Maia legou uma vasta obra que contém escritos médicos, de história natural, história e até mesmo literatura. Grande entusiasta da promoção e institucionalização de uma ciência nacional no Brasil, o ilustrado empenhou-se na promoção da medicina em seu país ao ser editor de ao menos dois periódicos da *Academia Imperial: a Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843), ambas publicações que tinham como público-alvo os grupos letrados não especializados de nossas elites (FERREIRA, 2004, p. 100-104; KURY, 1998, p. irreg).

Assíduo participante também da revista *Minerva Brasiliense* (1843-1845), jornal de “sciencias, letras e artes” continuador dos trabalhos da revista *Niterói* (1836) que inaugurara a literatura romântica brasileira em Paris, Silva Maia acreditava no papel civilizador que as ciências e as artes promoveriam no nascente Brasil, capazes essas de dotar o país com técnicas para o seu progresso, assim como de valores para uma identidade nacional própria. Autor de escritos que associavam intrinsecamente a natureza dos locais com o espírito de cada povo e ao amor pátrio, ele se utilizou dos saberes médicos e da autoridade que buscava-se constituir nos centros de saber de então para reformar os costumes vigentes entre a “boa sociedade” brasileira. Adepto da compreensão médica neo-hipocrática, que atribuía uma “relação intrínseca entre saúde e doença, ambiente e sociedade” como afirma Ferreira (2009, p. 17), sua noção ambientalista sobre higiene, ocupada com a circulação dos elementos e suas doenças, não foi a única teoria que marcara presença em seus trabalhos médicos. Como veremos, outras tradições relacionadas à higiene social também configuraram entre os conhecimentos apropriados pelo autor (GIACOMASSI, 2021, p. 101- 108).

Desenvolvidas essas noções durante o processo de governamentalização do Estado, aos levantamentos e compreensões sobre o mundo natural, incentivados pela economia política moderna, somaram-se também os saberes sobre o corpo. Como apontam Rafael Mantovani e Maria Cristina da Costa Marques (2020, p. 338-345), de uma prática individual do cuidado de si

em busca de vitalidade na Antiguidade, o termo higiene passara por transformações que foram da sobriedade pessoal e dieta regrada até as políticas de Estado do século XVIII em diante, as quais tendo a divisão do trabalho dos súditos como riqueza incentivaram conjuntos de saberes e intervenções que mensurassem e estendessem a vida humana tida como recurso a ser gerido.

Desse modo, as formas de higiene que tinham a intenção de prolongar a vida, distanciadas cada vez mais das práticas de si da Antiguidade, implicaram não somente em dados estatísticos populacionais e nas teorias neo-hipocráticas que propunham alterações dos espaços públicos em busca de salubridade. Michel Foucault (1988, p. 117) chama atenção para o importante papel da sexualidade a partir do século XVIII na consolidação da ordem burguesa em conjunto do desenvolvimento e a integração institucional do Estado nas relações de poder. Percebendo como o próprio corpo e a sexualidade foram elementos de distinção e autolegitimação política usados pela burguesia, o que o autor chama de dispositivo de sexualidade seriam os diferentes mecanismos e saberes sobre o corpo e o sexo que passaram a ter “como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p.100).

Assim, em consonância com as novas relações de poder entre o Estado e os interesses de mercado, constituíram-se sobre a família elementos formadores da sexualidade que tiveram como objetos de conhecimento o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e a especificação das perversões. Dessa maneira, o corpo da mulher passou a ser considerado saturado de sexualidade pela medicina, a sexualidade infantil passou a ser objeto de médicos e pedagogos (assim como de cuidado e apreensão familiar), o controle da natalidade e seus diversos saberes foram aos poucos incorporados pelo Estado e os domínios sobre a perversão com a psicanálise foram importantes objetos de conhecimento no século XIX (FOUCAULT, 1988, p.101,102).

Tendo sido desenvolvida a partir da aliança com o poder pastoral medieval, a tecnologia do sexo da ordem burguesa transformou o corpo em objeto científico a se conhecer assim como em negócio de Estado em que todos os indivíduos foram intimados a se vigiarem. O medo do castigo eterno orquestrado pela pastoral cristã de antigamente passou por readequações, e a partir de então, como forma coercitiva e de controle, tinha-se como fundamento o problema da vida, a exigência de uma normalidade regulada pelo saber médico, pedagógico e demográfico. Por conseguinte, os discursos e saberes produzidos durante os séculos XVIII e XIX passaram a ter como problema central as questões da vida e da doença, regendo as condutas em nome da saúde e da higiene.

as campanhas sobre a natalidade deslocam, de outra forma e em outro nível, o controle das relações conjugais, cujo exame a penitência cristã empreendera com tanta obstinação. Continuidade visível, mas que não impede uma transformação capital: a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica,

da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A “carne” é transferida para o organismo (FOUCAULT, 1988, p. 110).

Sendo assim, dentre esses saberes desenvolvidos que interviram na lógica familiar em torno da sexualidade, os quais primeiramente valorizaram o corpo da burguesia e num segundo momento se espalharam como mecanismos de controle generalizado da população, nos interessa o papel da medicina, sobretudo quando esta, no que Foucault chama de “histerização do corpo da mulher”, exerce um processo de dominação em que o corpo feminino, de acordo com o mesmo (1988, p. 98), foi “posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja a fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação).”

Compreendendo os discursos científicos como elementos em que se articulam saber e poder, entendemos que todo procedimento ou efeito de conhecimento é condicionado a um determinado domínio. Atravessado pelas estruturas e forças do momento histórico em que se insere, todo saber que adquire certa positividade em seu meio, além de ser reflexo das forças que atuam sobre ele, dá suporte ao poder hegemônico presente (FOUCAULT, 2018, p. 33-40). À vista disso, procuramos demonstrar como algumas ideias presentes nas obras de Silva Maia teriam certa afinidade com o poder hegemônico do contexto histórico em que elas foram elaboradas. Detentor de uma possível teoria racialisista subentendida principalmente em seu escrito contrário ao hábito das amas de leite na criação das crianças da boa sociedade, consideramos este fator como um dos principais elementos em que pudemos apontar as afinidades entre as ideias médicas de Silva Maia e a hegemonia política do Regresso Conservador Saquarema; o qual, apoiado por grande parte da elite intelectual presente na corte, buscara consolidar a ordem social a partir da centralização e expansão do Estado brasileiro por meio da direção moral, política e intelectual sobre a população. Fruto de uma realidade pesadamente marcada por valores raciais e patriarcais, em relação ao mesmo ensaio médico buscamos também refletir sobre os “naturais” deveres das mulheres brancas para com a criação das crianças das elites brasileiras segundo os argumentos do autor (MATTOS, 1987, p. 156-168).

Os perigos das amas de leite

O Ensaio sobre os perigos a que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mãis, de 1834, revela uma postura civilizadora da intelectualidade presente na corte sobre os grupos dominantes. Ao buscar interferir em prática senhorial tão enraizada dentro das elites, o da amamentação e criação das crianças feita por escravas, o escrito tem como objetivo revelado em seu prólogo “fazer ver o quanto he antinatural, deshumano e pernicioso ao Brasil, que as mãis Brasileiras deixem de amamentar os seus filhos” (MAIA, 1834, p. VIII).

Ainda em sua introdução, Silva Maia exemplifica um pouco mais sua intenção quando afirma que:

se conseguir que algumas verdadeiras mães Brasileiras, lendo com atenção este meu pequeno trabalho, deixem de entregar seus filhos a mulheres mercenárias, evitando desta maneira uma pratica tão fatal as crianças e á ellas mesmas, e tão nociva ao nascente Brasil; terei alcançado tudo o que dezejo; (MAIA, 1834, p. IX).¹

A passagem transcrita acima, assim como o lugar onde foi lido o ensaio, a *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, nos permitem observar o seletor grupo social com o qual o Dr. Silva Maia estava se dirigindo e considerava necessário corrigir para o bem futuro do “nascente Brasil”. Sendo o seu estudo um apelo às mulheres leitoras e que tinham condições de entregar seus filhos aos cuidados de amas de leite, Silva Maia tem como público-alvo de instrução e convencimento as mulheres das elites socioeconômicas brasileiras, grupo com o qual muitos dos ilustrados como ele pertenciam e se identificavam (SCHWARCZ, 2015, p. 33).

Como vemos em Lorena Telles (2018), o emprego de mulheres empobrecidas para criar e amamentar os filhos da aristocracia europeia foi bastante difundido nas sociedades atlânticas escravistas, assim como outros padrões educacionais e concepções patriarcais que passaram a figurar nas sociedades coloniais. Dessa maneira, dentro do mundo doméstico das elites brasileiras, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, perseverou “a crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da robustez e da abundância de leite entre as mulheres negras e africanas” (TELLES, 2018, p. 100). Fatores esses que concorreram para a adoção do costume de se alugar ou dispor das próprias escravas para amamentarem e criarem os filhos das mulheres brancas nos primeiros anos de suas vidas.

A cidade do Rio de Janeiro, onde Silva Maia viveu boa parte de sua vida (1834 -1859), e de onde redigiu o já referido ensaio, possui destaque na historiografia devido ao grande volume de anúncios de aluguel de amas de leite em seus jornais. Tendo cerca de 40% da população escravizada composta por mulheres na primeira metade do século XIX, a capital imperial nos finais dos oitocentos tinha mais da metade dessas escravas ocupadas em tarefas domésticas, muitas delas, como amas. Sendo a amamentação por escravas prática comum no Brasil, veremos quais são os principais argumentos de Silva Maia para pôr fim a esse costume que vigorava principalmente dentro das abastadas famílias brasileiras. Prática que para Mariana

¹ O referido trabalho, discursado no dia 6 de junho de 1834, além de possuir o mesmo tema da tese que conferiu ao autor o título de doutor em medicina pela Faculdade de Paris em 1833, denominado *Essai sur les dangers de L' allaitment par les nourrices*, no dia 12 de julho daquele ano oficializou Silva Maia como Membro Titular da *Sociedade de Medicina*, isso após a leitura do parecer sobre o *Ensaio* feito pelo então presidente da instituição o Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868) (REVISTA MÉDICA FLUMINENSE (RMF), 1835, p. 3). O parecer de membro titular concedido ao Dr. Silva Maia consta na edição de número 6 do mês de setembro da **Revista Médica Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Fluminense de Brito, 1835-1841. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em: 31 de mai de 2021.

Muaze (2018) revelava um *habitus* senhorial importante para a construção subjetiva das oligarquias escravistas, embora a adoção de amas escravas tenha se difundido também em outros setores (TELLES, 2018, p. 102).

Partindo da concepção que “a saúde e o aperfeiçoamento do físico e moral do homem depende quase sempre da maneira como elle foi educado na infância” (MAIA, 1834, p.8), lamentando que, mesmo com a “experiência cotidiana” e grandes nomes como Rousseau e Locke tendo defendido tal proposição, “ella parece ser quase desconhecida pelo nenhum cuidado que se põe nos primeiros dias de nossa existência”, Silva Maia (1834, p. 9) se diz convencido da grande utilidade que o nascente Império tirará da “grande verdade” que ele anuncia: a de que a natureza determinou que as mães se encarregassem da primeira educação “do fruto de suas entranhas”. A ideia de que os deveres maternos foram determinados pela natureza em seu discurso é acompanhada pela noção de uma determinação divina. Deste modo, o autor prevê um devido arrependimento das mães que não criassem seus filhos, chegando até mesmo a praguejar contra aquelas que se eximissem da “mais santa das leis naturaes” (MAIA, 1834, p. 9, 10).

Como poderemos notar abaixo, a interferência sobre a prática recorrente nas famílias oligárquicas possui preocupação moralizadora e com o crescimento da população. Questões que o próprio autor (1834, p.10) afirma serem essenciais para o futuro da nação que buscava-se construir. Assim, antes mesmo da chegada das primeiras publicações românticas, que tinham entre seus objetivos reformar os costumes para o progresso brasileiro, a defesa para que as mães brancas passassem a amamentar e criar seus filhos é acompanhada de um apelo ao amor pelo país:

[...] He deste bárbaro costume, que provém uma grande parte da desmoralização que reina entre nós. Origem fecunda de males incalculáveis, ella tem sem dúvida diminuído metade de nossa população. Assim mãis Brasileiras, se verdadeiramente amais nosso bello paiz, pondez em pratica a aleitação materna, que desta maneira muito concorrereis para a reforma de nossos costumes de que tanto precisamos, e para o aumento de nossa população, da qual o Brasil tanta necessidade tem para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturaes, e para a sua futura prosperidade (MAIA, 1834, p. 10).

Retórica mais que romântica, apelando para o amor e futuro progresso do nascente país, da mesma maneira que os ilustrados setecentistas luso-brasileiros, Silva Maia buscava reformar e modernizar os costumes vigentes no Brasil. Costumes os quais eram tidos como atrasados e bárbaros, isso a partir da persistente concepção de que os padrões europeus seriam os reais modelos de civilidade, com a diferença agora, que o discurso intelectual civilizador vinha em conjunto do valor patriótico em construção. Assim sendo, apropriando-se das teorias médicas europeias, para o autor, metade das mortes da população brasileira seriam causadas pelo costume das mães brancas não amamentarem seus filhos. Ademais, o aleitamento deixado para

as amas, mulheres negras escravizadas, causaria males físicos e também morais sobre as crianças. Dessa maneira, os supostos perigos que os garotos do império corriam ao não serem criados pelas suas mães poderiam ser divididos para o Dr. Maia em “três grandes classes” (MAIA, 1834, p.17):

[...] na primeira colocamos aquelles que provem da negligência ou da ignorância das amas de leite, estes rigorosamente ainda são susceptíveis de serem prevenidos; na segunda acha-se os perigos inherentes a constituição destas mulheres mercenárias, perigos difíceis e muitas vezes impossíveis de prevenirem-se, na terceira classe em fim, estão aquelles que affectão a vida moral do individuo, perigos tanto maiores quanto a mãe mais retarda em chamar seu filho junto a si (MAIA, 1834, p. 17, 18).

Compreendendo que o aperfeiçoamento físico e moral dos bebês viria do leite materno e da direção das mães no cuidado de suas crias, dentre os principais fundamentos da teoria médica de Silva Maia, o seu entendimento sobre as diferenças entre o leite materno das mulheres brancas e de suas escravas particularmente nos intriga. Concebendo existir “perigos inherentes” na constituição das escravizadas, os argumentos sobre as propriedades do leite materno revelam aspectos interessantes de sua compreensão sobre o mundo natural. Entretanto, antes de analisar as propriedades tidas como inerentes aos corpos das escravizadas e das mães brancas, Silva Maia elenca diversos males causados pela negligência e ignorância das amas (MAIA, 1834, p. 9-18).

Fatores da “primeira classe” dos “perigos”, agravados no Brasil pelo fato dessas mulheres serem “escravas Africanas pela maior parte brutas e cheias de doenças imundas” (MAIA, 1834, p. 20), a constatação do autor de que as amas seriam invariavelmente negligentes com os bebês é seguida de casos em que diversos males que acometiam as crianças eram causados pelos cuidados equivocados e displicentes daquelas mulheres. Dessa maneira, o excesso de papas de banana e leite, o balanço dos bebês com muita violência, as “gulodices” dadas para os garotos pararem de chorar irritavam as vísceras, causavam convulsões e até mesmo a morte (MAIA, 1834, p. 18-26).

A despeito dos descuidos das amas, inconcebíveis para Silva Maia de serem cometidos pelas mães brancas, entre as alegações médicas a fim de convencê-las a cuidarem e amamentarem seus filhos, o leite materno e suas propriedades recebem relativo espaço de atenção em sua retórica médica. Partindo da constatação de que haveria uma grande relação entre o leite da mãe e as necessidades do recém-nascido, o autor compreende que à medida que a criança cresceria mais o leite materno tomaria consistência. Com tal entendimento, ele imputa outro problema relacionado ao aleitamento feito por uma mulher estranha, sobretudo no Brasil, onde, como ele destaca, tomava-se as amas muitos meses depois destas parirem, não acompanhando o leite delas as necessidades dos bebês (MAIA, 1834, p. 26, 27). Contudo, esse não seria o único problema do leite das amas, que embora jamais superasse o leite das verdadeiras mães, poderia sim apresentar “bemfazerentes qualidades”, as quais difeririam de

mulher para mulher de acordo com os alimentos consumidos, o ar respirado e os “hábitos particulares” de cada uma (MAIA, 1834, p. 27, 28).

Alertando também para a possibilidade de doenças que apareceriam na vida adulta e que estariam relacionadas com o leite dado na infância por uma ama, Silva Maia chama a atenção para o estado de saúde de muitas escravas alugadas ou compradas para aleitarem. Dando de exemplo um caso que atendera em sua prática médica no Rio, de uma escrava com doença venérea que há seis meses havia dado à luz e por quatro fora ama de leite de um garoto da Corte, o médico afirma que muitas pessoas adultas que morreram na cidade adquiriram as doenças das amas que lhes deram de mamar na infância (MAIA, 1834, 30-32).

A ordem da natureza e suas leis: solo pátrio e leite materno

Entretanto, das propriedades naturais e inerentes aos corpos das mulheres negras escravizadas, uma nos chama mais atenção, a qual não é colocada explicitamente nem mesmo no ensaio que vínhamos falando. É no texto *Memória sobre o tabaco* que o autor apresenta em seu discurso a relação entre uma Ordem divina harmônica presente na natureza e uma meta-identidade dos seres vivos com seus locais de origem. Com sua noção de “solo pátrio”, da mesma maneira que os seus trabalhos zoológicos buscavam enfatizar e explicar as especificidades da fauna de cada local, o texto de memória sobre o fumo apresenta a noção de que o “Criador” teria colocado as diferentes espécies em seus lugares de origem onde nada faltaria para que elas crescessem de maneira “vivaz” (MAIA, 1835b, p. 8). Assim, para Silva Maia (1835a, p. 1), uma das leis divinas que despertaria no homem admiração por Deus seria a original distribuição dos seres vivos na Terra, de modo que cada animal ou vegetal em sua geografia dos seres vivos possuiria condições específicas para sua existência e que influiriam em suas composições e transformações ao longo do tempo (MAIA, 1854, p. 40-42). Entretanto, com sua noção de que as leis naturais teriam equivalentes no mundo social, e a natureza se comunicaria com as questões humanas, tanto os homens como os outros seres, respeitando as determinações divinas, apesar de algumas espécies serem “cosmopolitas”, possuiriam cada uma delas “seu paiz” e “sua pátria”, sem as quais, todos correriam sérios riscos de não sobreviver.

Cada animal, por assim dizer, tem seu paiz, sua patria, na qual cada um vive, propaga-se e morre. Todos são filhos do solo aonde se acham, do qual senão podem ordinariamente afastar sem perigo de vida. Excepto o homem, algumas aves e peixes dotados de vigorosos e lesto meios de locomoção, bem poucos são os animais verdadeiramente cosmopolitos (MAIA, 1854, p. 40).

Desse modo, a analogia entre as exatas propriedades necessárias a uma planta de acordo com a distribuição Original divina e o leite materno parece ser autoexplicativa para o autor. O qual estabelece a relação de que as amas negras degenerariam física e moralmente as crianças por jamais poderem fornecer as adequadas propriedades de seus seios como as mães

brancas. Essa lógica seria a mesma no caso do tabaco, vegetal originário da América e das Índias, que ao ser introduzido em outros solos se degenerava, apresentando colheita apenas uma vez ao ano por não ter as condições exatas pelas quais havia sido determinado para sobreviver. Como vemos abaixo, em publicação sobre o fumo realizada cerca de um ano depois do *Ensaio sobre os perigos das amas*, fazendo menção à sua obra anterior, Silva Maia afirma:

Esta planta que he vivaz no Brasil, e em todos os paizes donde he natural, torna-se annual na França, e em muitas outras partes da Europa para onde tem sido transplantada. O mesmo acontece a muitas das nossas plantas, quando são arrancadas do solo pátrio, para serem plantadas em outro estrangeiro; [e isto de certo he também hum bom argumento de analogia a favor do que há pouco publiquei sobre a lactação materna; pois se os vegetaes degenerão quando são nutridos por hum solo estranho, muito mais devem sofrer os homens, corpos de huma organização muito mais complicada, quando não são amamentados por suas próprias mãis] (MAIA, 1835b, p. 8).

Assim, esse tipo de relação presente em seus textos, de plantas e solo originário com leite materno e as crianças, indica que as leis divinas que ordenariam tudo que é natural possuiriam correlatos diretos sobre todos os aspectos humanos para o naturalista e médico romântico. À vista disso, para nós é significativo que este argumento relacionado à sua concepção Providencialista, hierárquica e ordenada sobre a harmonia da natureza seja fundamento em sua retórica médica para intervir em prática senhorial tão enraizada entre nossas elites.² Dessa maneira, para além dos significados de distinção social e até mesmo da crença em preservar a moral feminina de uma prática colocada por séculos como voluptuosa, a exploração dos corpos das escravas como amas, para Mariana Muaze (2018, p. 365-385), possuía desdobramentos profundos na classe senhorial. O costume constituiria para a autora uma segunda natureza, uma autoconsciência das elites brasileiras que influía na forma delas verem e se verem no mundo. Naturalizando as hierarquias e as relações de violência que constituíam a escravidão desde a mais tenra idade, as crianças da classe senhorial, dispo

² A concepção de natureza do Dr. Silva Maia deriva de múltiplas correntes de pensamento da tradição Ilustrada setecentista que perduraram século XIX adentro. Sua ideia de natureza compreendia o mundo natural como que regido por uma ordem harmônica e hierárquica em que todos os elementos, tanto os seres vivos quanto os fenômenos geográficos, seriam interdependentes e possuiriam funções específicas diante de um Todo. Essa organicidade evolutiva do mundo natural defendida por ele refletiria também na sua maneira de compreender o mundo social e a própria história. Detentor de uma teoria eclética transformista sobre os seres vivos, em que estes se transformariam ao longo do tempo de acordo com as circunstâncias externas e das interações com as outras espécies, as formas de vida, no entanto, seriam limitadas ontologicamente por um plano divino. Assim, de maneira semelhante, as sociedades também evoluiriam e teriam sua mais alta forma de existência pré-determinada pelo “Creador”. Compreendendo que as civilizações de maneira cíclica nasciam, amadureciam e morriam como os seres vivos, concebendo uma ascensão perfectível da história humana ao longo do tempo, da mesma maneira como na natureza as sociedades também apresentariam as suas hierarquias, onde cada grupo cumpriria sua função em nome de um todo, nesse caso, a “pátria”. Para saber mais sobre a concepção de natureza na obra de Silva Maia e a sua teoria transformista sobre os seres vivos ver (GIACOMASSI, 2021) e (KURY, 1998).

dos corpos dessas amas, construíam suas identidades através de um cotidiano de violência e afetos que reforçavam os papéis patriarcais da ordem familiar escravista. Ordem essa que resistiu muitas vezes às normas externas influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas que condicionaram o processo de construção do Estado brasileiro.

Compreendendo que a hegemonia política Saquarema se constituía não somente por estes terem sido alçados ao governo, mas também por outros meios de direção política, moral e intelectual realizados por grupos simpáticos à ordem centralizadora, dentro da *Sociedade* que um ano depois se tornaria órgão oficial de Estado, Silva Maia lança mão de suas noções sobre natureza divina para modificar e disciplinar um aspecto importante do âmbito doméstico das famílias senhoriais. Embora a recomendação de extinguir o hábito das amas não tenha sido praticamente ouvida entre as famílias brasileiras, já que o costume se estendera amplamente na sociedade até o final do século XIX, o raciocínio do Dr. Maia acaba representando para nós, de maneira indireta e até inconsciente, um possível avanço do Estado sobre aqueles que precisavam se acostumar com a regulação de suas vontades e liberdades nas esferas pública e privada, aspectos importantes para garantir a ordem social e soberania territorial de acordo com as noções que formavam a hegemonia do Regresso. Afinal, como afirma Mattos:

Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange o mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultava a de propiciar a continuidade dos monopólios que fundavam a classe. Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal (MATTOS, 1987, p. 120).

Uma teoria racialista?

Distinguindo racismo de racialismo ao modo de Todorov (1993, p. 107-110), sendo este termo referente às ideologias, teorias e doutrinas criadas entre os séculos XVIII e XX que buscavam comprovar não somente certa continuidade entre o físico e o moral dos homens, mas também a ideia de que as raças humanas corresponderiam a diferentes espécies, acreditamos ter elementos suficientes para apontar uma possível teoria racialista no pensamento de Silva Maia, ainda que tal ideia apresente-se de maneira subentendida em seu ensaio sobre as amas de leite. Afinal, além do racismo presente em seu discurso, com seu ódio e desprezo caracterizado na maneira como ele se referia às amas negras, ao focar em propriedades “inerentes” aos corpos daquelas mulheres, e associar a natureza delas ao seu modo hierárquico e ordenado de compreensão sobre os mundos natural e social, o autor, assim como alguns de seus colegas, apesar das diferenças de seus pressupostos teóricos, antecedeu as teorias

racionalistas inspiradas no darwinismo social que vieram a ser introduzidas e adaptadas no Brasil a partir da década de 1870 (SCHWARCZ, 2015, p. 19).³

Demonstrando em seus trabalhos ser dono de um pensamento eclético em termos de apropriações científicas diversas, nosso médico ilustrado já na década de 1830 parece possuir em suas ideias noções semelhantes à dos debates raciais ocorridos na metade do século XIX no Brasil. Como vemos em Kaori Kodama (2007, p. 2; 2008, p. 423, 424), na *Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas*, da qual ele também fez parte na década de 1850, não se combateu o tráfico e o fim gradual da escravidão apenas por questões filantrópicas. Em seus debates no periódico *O Philantropo* (1849 – 1852), a preocupação dos pares da Sociedade sobre a formação do povo brasileiro e pela substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre continha “um vivo debate sobre as raças” (KODAMA, 2008, p. 422). Tendo o jornal a posição de considerar o cruzamento racial como anomalia, para o grupo, a separação delas é que estaria de acordo com a “ordem natural das cousas” (*O Philantropo*, 1/06/1849 apud KODAMA, 2007, p. 2).

Assim, apesar de não ser comum médicos e naturalistas acharem funesto o cruzamento racial na primeira metade do século XIX, além do significado de raça para o momento ser ambíguo, prevalecendo como sentido do termo a noção de um coletivo de origem comum, como equivalente ao de nação, para Kodama (2008, 423, 424), no caso do *Philantropo* parecia predominar uma concepção essencialista de raça baseada na tradição poligenista. A qual, compreendendo as diferenças entre os homens como prova do surgimento separado de tipos humanos, não entendia as diversidades fenotípicas apenas pelo acaso das circunstâncias do meio, mas também por questões intrínsecas aos seres (KODAMA, 2008, p. 423). A exemplo das posições dos médicos da *Sociedade Contra o Tráfico* sobre o debate racial, Kodama (2008) cita o posicionamento do médico Caldre e Fião (1821-1876), para o qual a questão das raças seria entendida por um viés místico sobre a condenação de alguns povos pelo pecado:

³ A geração intelectual de Silva Maia (1840-1860), influenciada por doutrinas fortemente atreladas às concepções da teologia natural no campo da história natural, além de não definir a ideia de raça biologicamente de maneira clara, foi adepta da segregação entre as raças mais do que do cruzamento entre elas. Por sua vez, esta foi uma das táticas dos teóricos raciais brasileiros entre os anos de 1870 e 1930, em que as suas apropriações das teses evolucionistas e darwinistas desenvolveram noções eugênicas de branqueamento de nossa população. Afinal, diante do entendimento negativo das teses vindas de fora sobre a miscigenação, que distinguiam essencialmente as raças de maneira biológica, segundo Schwarcz (2015), de maneira original a intelectualidade brasileira viu no cruzamento racial a partir do influxo do sangue branco com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil a solução de seus “problemas”. Como vemos a seguir, a respeito das ideias apregoadas tanto no *Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* quanto no *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*: “[...] Reproduzia-se, portanto, a partir desses e de outros artigos sobre o tema, a saída já encontrada pelo instituto carioca, que aliava de forma original ‘o moderno pensamento científico-racial da época’ com as máximas das escrituras bíblicas e do monogenismo. O resultado é a aceitação de uma ‘boa miscigenação’ em vista da ‘decadência racial’ da região. A mestiçagem era vista de forma ambígua: apesar de temida, nela se encontrava a saída controlada e compatível com a representação ordeira que essa elite pernambucana possuía da sociedade” (SCHWARCZ, 2015, p. 161).

Embora o jornal não se declarasse a favor da teoria poligenista, seus debates sobre o fim do tráfico e os projetos de substituição da mão-de-obra escrava acabavam ganhando um aporte próximo a ela, ao explicitarem mais enfaticamente a relação entre a “nação brasileira” e a “racialização” que perpassava o problema do trabalho livre. É possível dizer que o termo “raça” presente no *Philantropho* acabava assim por envolver uma atitude pessimista criada pela própria ciência do período, no que concerne aos estudos dos povos não europeus. No mesmo texto de Caldre e Fião, expunha-se que das duas perspectivas possíveis sobre a origem do homem, a naturalista, para a qual seriam as distinções entre as raças somente acidentais, e a doutrina mística, a qual defendia existirem povos condenados pelo pecado, era a segunda a assumida pelo redator. Sua defesa de um “povo homogêneo” calcava-se ao mesmo tempo em uma noção racial que despontava em alguns discursos científicos do momento, e em uma perspectiva bíblica sobre a condenação de alguns povos (KODAMA, 2008, p. 423, 424).

Desse modo, além do racismo que Silva Maia transparece em seu ensaio, frequentemente chamando as amas de “brutas”, “stúpidas” e “imundas”, as suas concepções transformistas sobre os seres e a maneira como ele considera as amas essencialmente inferiores e degeneradas, nos dão motivos para refletir sobre a maneira como ele explicava a suposta inferioridade das mulheres negras (MAIA, 1834, p. 15-35). Assim, compreendendo haver apenas uma espécie humana, constituída em “huma só ordem, huma só família” (MAIA, 1858, p. XII), dividida essa em “raça branca ou caucasiana”, “amarela ou Mongollica”, “cor de cobre ou americana”, “Preta, Melanica ou Ethiopica”, em sua concepção monogênica sobre as raças, diferente neste aspecto da de Caldre e Fião, transparecem algumas questões que buscaremos desmembrar (MAIA, 1858, p. irreg).

Sendo adepto das noções de Geoffroy de Saint-Hilaire (1772-1844) para explicar as transformações dos seres de acordo com os estímulos externos do meio ao longo do tempo, Silva Maia compreende uma preponderância das estruturas internas dos seres vivos sobre os estímulos ambientais que provocariam mudanças nas formas de vida; limitadas essas por “Um Plano da Criação” (KURY, 1998, p. irreg). Dessa maneira, diferentemente do monogenismo de Buffon (1707-1788), o qual acreditava na teoria da degenerescência para explicar a existência das raças, em que o homem, originalmente branco, teria desenvolvido diferenças físicas e morais através da alimentação, clima e cultura, Silva Maia, por outro lado, limitando as influências dos fatores externos, parece conceber noções ontológicas e metafísicas sobre a essência dos corpos das amas negras.

Dessa forma, apesar de orientar-se pelo pensamento de Geoffroy de Saint-Hilaire sobre os aspectos da fisiologia animal, o qual segundo Caponi (2008, p. 171), compreendia as mudanças nos seres através dos fatores externos limitados pelas estruturas dos líquidos embrionários comuns aos vertebrados, não sendo este um Providencialista, apesar de suas ideias serem próximas da morfologia de Goethe, detentora essa de noções ontológicas sobre uma estrutura primordial das plantas, nosso autor, no entanto, parece misturar suas noções transformistas com explicações que envolviam diretamente a natureza com a vontade divina.

Isso não só para enaltecer a natureza tropical e vinculá-la ao amor pátrio, mas também para justificar certa inferioridade intrínseca das amas de leite negras. Pois aquelas mulheres, assim como os outros seres, estariam por vontade do “Creador” vinculadas em sua essência aos locais de onde originalmente viriam, nesse caso, a África (GIACOMASSI, 2021, p. 119, 120; KURY, 1998, p. irreg; TODOROV, 1993, p. 118-120).

Sendo assim, o aleitamento das crianças brancas feito pelas amas, além de desrespeitar a lei sagrada que obrigaria as mães a cuidarem dos seus filhos, representaria uma quebra da harmonia divina; afinal, as crianças da corte oriundas pela herança de seus pais de outra região, a Europa cristã, possuíam uma natureza mais elevada na ordem hierárquica presente tanto no mundo natural quanto no social (MAIA, 1835a, p. 1, 2; 1854, p. 40- 42; 1864, p. 1-3). À vista do que fica exposto em seus textos, os argumentos raciais presentes de maneira subjacente no ensaio do médico e naturalista pautam-se principalmente pelo viés da teologia natural que orientava a sua concepção de natureza. Parecendo não separar as questões tidas como naturais e determinadas pela Providência daquelas que envolviam as nações e os homens, o autor acaba concebendo as propriedades das amas como nefastas aos bebês, às famílias brancas, e, conseqüentemente, à ideia de nação brasileira com a qual ele se identificava em construir (MAIA, 1834, 35, 36).

Participante das principais associações presentes na corte entusiastas da substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre europeia, como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, a *Revista Minerva Brasiliense*, o próprio *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e a *Sociedade Contra o Tráfico*, nosso argumento de que haveria uma noção racista no pensamento médico de Silva Maia já na década de 1830 é reforçado, quando em 1836, numa sessão da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o autor brevemente menciona e elogia a *American Colonisation Society* dos Estados Unidos. Ao ler para os seus pares da sociedade literária o *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Beneficência*⁴, Silva Maia tem a companhia de colonização como “huma das maiores glórias dos Nort-Americanos”, justamente por esta ter entre as companhias que introduziam colonos, “fim particular de estabelecer na Costa d’África colônias de pretos levados dos Estados Unidos” (MAIA, 1836, p. 18). Demonstrando admirar a companhia americana antes mesmo desta ser referência na década de 1850 para a *Sociedade Contra o Tráfico*, o Dr. Maia já acusava nas entrelinhas de seus discursos uma tendência de alguns intelectuais brasileiros em tratar questões relativas à escravidão a partir de um caráter racial próximo do debate sobre a formação da nação. Afinal, como procuramos demonstrar, seu pensamento comportava uma complexa teoria racial monogênica, e, explicitamente em seu *Ensaio sobre as amas*, o autor afirma que por razões intrínsecas

⁴ O *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Beneficência, que tem se estabelecido na América*, recitado em sessão pública pelo Dr. Silva Maia, também sócio da instituição, foi impresso pela Typographia Imparcial de Brito às custas da própria Sociedade Literária no mesmo ano da sua realização.

presentes no leite daquelas mulheres elas degenerariam física e moralmente as futuras gerações que fariam parte do futuro da nação (MAIA, 1834, p. 35, 36).

Como vemos em Streifford (1979, p. 201-209), a *American Colonization Society* buscava restaurar uma ordem social a partir de um *ethos* republicano baseado numa população racialmente homogênea. Compreendendo que a sociedade norte-americana nas primeiras décadas do século XIX corria sérios perigos, setores de suas elites, com noções raciais e aristocráticas que buscavam restaurar a ordem social orgânica e hierárquica do século XVIII, tinham a população negra livre como principal elemento causador da degeneração moral da sociedade. Diante do diagnóstico de declínio feito por esses setores reacionários no contexto de mudanças causadas pela modernidade industrial e do crescimento da população negra livre no país, ao associar raça e nação como elementos contíguos, a colonização de negros livres em terras africanas pareceu ser uma das principais soluções contra os perigos identificados pelos diferentes setores que compunham a *Colonization Society*. Tal tática racista e segregacionista inspirou os brasileiros que compunham a *Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas*; que apesar de não ter formalizado tal estratégia em suas recomendações oficiais para o governo, isso por falta de consenso entre os pares e inviabilidade do projeto diante das circunstâncias, segundo Kodama (2008, p. 424), a ideia de copiar a instituição norte-americana figurou nos debates sobre o fim do tráfico e substituição do trabalho escravo promovidos em seu jornal oficial. Haja vista disso, a *Sociedade Contra o Tráfico*, composta em sua maioria por homens de diferentes setores identificados com o Partido Liberal, acabou desenvolvendo ideias que influenciaram no andamento do lento e gradual processo de abolição da escravidão no Brasil. Sobre o periódico *O Philantropo* no qual a instituição se exprimia, Kodama conclui:

Apesar da vida breve do jornal, suas ideias reverberariam de diversas maneiras nas proposições para a nação seguidas ao longo da segunda metade do século XIX. Até a quase derrocada do Império, as políticas empenhadas para o fim gradativo da escravidão se baseariam nos mesmos princípios e nas proposições levantadas pela Sociedade contra o Tráfico. Através do jornal é perceptível como a imposição de uma leitura racial sobre os debates sobre colonização e imigração começava a se delinear nas décadas de 1840 e 1850, vindo a se integrar, já em fins do século XIX e na primeira metade do XX, à ideia de uma nação superposta à unidade étnica e linguística – e que no caso do Brasil, era somada à da necessidade do branqueamento. O *Philantropo* mostra assim uma intrigante face dos agentes que contribuíram para a difusão do entrelaçamento cada vez mais forte entre as noções de raça e nação (KODAMA, 2008, p. 425, 426).

Assim sendo, o ódio e desprezo naturalizados no *Ensaio sobre os perigos das amas*, acompanhados de uma teoria racial subentendida em seu pensamento higienista, não são os únicos exemplos em que o discurso científico de Silva Maia reflete e legitima o poder hegemônico de seu tempo. Como veremos, da relação entre o seu discurso de saber e seu papel em contribuir para preservar a rígida ordem social existente, também há outros elementos discursivos que reforçam papéis sociais característicos da estratificada sociedade brasileira, liderada por uma

elite política e intelectual de “profundo sentimento aristocrático” formada por fortes valores patriarcais e raciais. Deste modo, encaminhando para o fim de nossa reflexão, buscaremos atentar para outros argumentos presentes no respectivo ensaio que procuram reforçar e justificar o papel doméstico e a obrigação das mulheres brancas no cuidado e criação das crianças (MATTOS, 1987, p. 120-126).

O mito do amor materno

Isto posto, a despeito de todos os males que as amas causariam aos bebês das elites, não sendo o raciocínio do autor livre de contradições, em casos excepcionais, quando a mãe realmente estivesse impossibilitada de amamentar, na busca de amenizar os danos às crianças, encontrar uma ama que “reunisse todas as qualidades necessárias” para a função não era o suficiente. Para suprir as necessidades do homem na infância, que segundo o Dr. Maia (1834, p. 7), “recente-se sempre, se quando elle vem ao mundo, não recebe todas as atenções que exige sua fraca existência, ou se sua primeira educação não é bem dirigida”, a mulher mercenária, incumbida de amamentar a criança, teria de ficar acompanhada bem de perto pela genitora, para que só assim nada faltasse ao filho.

Para que a educação da infância seja bem feita, para que o phisico e moral dos meninos não padeção na sua vida futura, he de absoluta necessidade que as suas mãis os criem aos proprios seios, ou ao menos quando ha impossibilidade real de executar esta nobre função, que elles sejam criados por amas que reunão para isto todas as qualidades necessárias, debaixo da presença daquella que os trouxe durante nove mezes no ventre, pois só desta maneira nada lhes poderã faltar (MAIA, 1834, p. 9).

Compreendendo que um outro perigo representado pelas amas seria o mau exemplo na educação dos garotos, premissa que também destacamos no ensaio de nosso autor é o apelo ao amor materno. Elemento este presente nos discursos iluministas do século XVIII, quando mudanças econômicas e sociais passaram lentamente a desenvolver uma outra divisão do trabalho nas regiões da Europa pré-capitalista; as quais para Elisabeth Badinter (1985), influenciaram no resgate do amor materno dentro da sociedade francesa habituada à prática de contratar mulheres mercenárias sobretudo dentro dos setores mais prósperos.

Assim sendo, outro argumento na retórica médica de Silva Maia para intervir no âmbito doméstico das elites é a importância do amor das progenitoras, elemento que representaria grande diferença entre a maneira de criação das amas e a das verdadeiras mães. Deste modo, para ele, o amor materno “que reina no coração das mãis dignas deste nome”, considerado “incompreensível agente” (MAIA, 1834, p. 18), seria tão poderoso e importante que é a única explicação para as “acções temerárias de algumas mãis, que se tem precipitado em fogos, nos maiores abismos, nas bocas mesmo de animaes ferozes para de lá salvarem seus filhinhos” (MAIA, 1834, p. 19).

Para nós, é no mínimo interessante a gama de elementos que o autor elenca em seu estudo a fim de delegar mais uma tarefa doméstica para as mulheres do seu período. A concepção instintiva e inata sobre o amor materno, contestada por Badinter (1985) a partir da existência de exemplos históricos de maternidade diferentes dos desenvolvidos em nosso tempo, é um interessante elemento de reflexão. A autora, justamente refletindo sobre o hábito entre as francesas do Antigo Regime de delegar a criação de seus filhos para amas distantes de suas casas, desmascara a ideia do amor inato de uma mãe sobre o seu bebê. Para a filósofa, o amor materno “é adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e por ocasião dos cuidados que lhe dispensamos” (1985, p. 14). Além do mais, é necessário considerar que nem todas as mulheres possuem este sentimento, sem contar com o fato de que a existência da nossa espécie não depende essencialmente dos cuidados e do amor das genitoras, afinal, como afirma a mesma, “qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança” (BADINTER, 1985, p. 17).

Derrubando concepções positivas sobre a natureza e as filosofias essencialistas do Iluminismo, concebendo não “existir nenhuma harmonia preestabelecida, nem integração necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe” (BADINTER, 1985, p. 18), a filósofa enfatiza o peso que a antiga divisão sexual do trabalho exerceu sobre as mulheres na designação das funções maternas, pois para a ela (1985, p. 18), não é só o amor que faz as mulheres cumprirem seus supostos “deveres maternos”, mas diversos elementos como a moral, os valores sociais e religiosos presentes na sociedade em que se vive. Assim, a despeito dos raciocínios produzidos pelos médicos brasileiros contrários ao aleitamento feito pelas amas, prática que significava para as mulheres brancas afirmação do status social e que perdurou por quase todo o século XIX, nota-se no discurso médico de Silva Maia uma insistência em alçar o país aos “padrões civilizatórios” europeus de sua época (TELLES, 2018, p. 104).

Não possuindo a pátria ainda as condições estruturais dos meios de produção cuja organização inspirou o resgate do “mito do amor materno” para reforçar mais uma tarefa doméstica às mulheres, sendo para ele o destino de toda nação ser “moralizada e industriosa” (MAIA, 1864, p. 2), Silva Maia não tem dúvidas quanto ao seu papel junto ao Estado para modernizar os costumes da boa sociedade brasileira. Lugar esse de onde viriam os meninos fortes, sadios, inteligentes e morais que o “Brasil tanta necessidade tem para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturais, e para a sua futura prosperidade” (MAIA, 1834, p. 10). Finalmente, após apontar os perigos que a falta do aleitamento e cuidados maternos representariam para as crianças, vinculando os corpos das mães brancas diretamente aos interesses da sociedade, Silva Maia acaba seu ensaio citando Rousseau, segundo o qual, seria a melhor pessoa “para falar ao coração das mãis, e ao saber dos homens de estado” (1834, p. 37).

Dignem-se as mãis, diz elle, criar seus filhos, os costumes se reformarão de si mesmos, os sentimentos da natureza se despertarão

em todos os corações, o estado se tornará a povoar esta primeira clausula, esta clausula única reunira tudo. O atrativo da vida domestica he o melhor contra-veneno dos maus costumes; o barulho que os meninos fazem, que se crê importuno, he pelo contrario agradável; elle faz o pai e a mãe mais necessários, mais caros um ao outro, aperta de novo entre elles o laço conjugal. Quando a família he activa e animada, os cuidados domésticos fazem a maior occupação da mulher, e o mais doce divertimento do marido. Assim corrigido este único abuso, uma reforma geral se seguiria, e em pouco tempo a natureza teria novamente adquirido todo os seus direitos. Cumprão as mulheres com exactidão os deveres de mãis, que os homens serão igualmente bons pais e maridos (ROUSSEAU, apud MAIA, 1834, p. 38).

Conclusão

Intelectual mediador entre as teorias científicas vindas de fora e a adaptação e produção de saberes para a realidade brasileira, dependente do Estado assim como as instituições de saber que ajudara a fundar, os escritos de Silva Maia analisados criticamente revelam de que maneira os saberes médicos articularam e legitimaram a ordem social em que estiveram inseridos. Integrante da “ilha de letrados num mar de analfabetos” como diria Carvalho (2003, p. 65), os trabalhos do autor exemplificam parte dos discursos civilizadores e modernizadores que a elite intelectual presente na corte propagava em seus salões. Situação ambígua, em que ao mesmo tempo que atentava-se para a necessidade de renovar os costumes da pátria, reproduzia-se com naturalidade as velhas estruturas, sua higiene médica já apontava em 1834 uma aproximação entre a ideia de nação e a questão racial que seria debatida de maneira mais intensa nos finais da década de 40 e início dos anos de 1850. Com sua postura reformista, entusiasta da Ordem Monárquica que veio ser a solução para as tensões internas da Regência, o Dr. Silva Maia, além de reproduzir as hierarquias raciais e patriarcais em seus textos, também buscava exercer um papel disciplinador sob o mundo da Casa. Representante do Estado, o qual deveria segundo ele (1864, p. 4-14), seguir os preceitos da ciência e do cristianismo para chegar aos níveis mais altos de civilização, sua clara intromissão médica sobre um *habitus* tão caro às elites senhoriais nos faz conjecturar que, de maneira inconsciente e indireta, o seu *Ensaio* sobre as amas representaria um possível avanço estatal sob a ordem familiar das elites senhoriais.

Fontes

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não amamentados pelas próprias mães**. Apresentado na Sociedade do Rio de Janeiro na seção de 18 de junho de 1834. Rio de Janeiro: Impresso na Tipografia de R. Ogier, 1834. Ex-líbris da Coleção Thereza Cristina. BN/SOR 69, 2, 11 n. 1. (38 p.) Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2100/bndigital2100.p df. Acesso em: 27 jul. 2021

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Discurso sobre os males que tem produzido o corte das matas e sobre os meios de os remediar**; lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1835. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense de Brito e Cia. 1835a. (12 p.) Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2101.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Memória sobre o tabaco**: lida nas sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 6 e de 18 de dezembro de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de Seignot Plancher, 1835b. Ex-líbris da coleção Thereza Cristina. BN/ SOR 69, 2, 11 n. 3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2102/bndigital2102.p df. Acesso em: 27 jul. 2021.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência, que tem sido estabelecidas na America**, recitado na Sociedade Literaria do Rio de Janeiro, por Emílio Joaquim da Silva Maia. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, 1836. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2103/bndigital2103.pdf . Acesso em: 27 mai. 2022.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Algumas ideias sobre a geographia zoológica**. Rio de Janeiro: Bibliotheca Guanabarensis, Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Quadros synopticos do reino animal, onde se adopta o methodo natural de Cuvier com as precisas modificações conforme o estado atual da sciencia, organizados para facilitar o estudo da zoologia no internato e externato em Collegio de Pedro II**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6nu6KQef9f0C&printsec=frontcover&source=gbs_atb&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 27 jul. 2021.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil**. Estudo Primeiro (servindo de introdução). S. L. S. D. 1864. Arquivo particular do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno** / Elisabeth Batinter; tradução Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CAPONI, Gustavo. La función del principio de la compensación de los órganos em el transformismo de Etienne Geoffroy Saint-Hilaire. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 169-78, 2008. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CAtT57LI_cwJ:https://www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1678-31662008000200002+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br . Acesso em: 13/07/2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luís Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol 11** (suplemento 1): 93-107, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400005> . Acesso em: 13/07/2021

FERREIRA, Luís Otávio. Introdução. In: SIGAUD, J. F. X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou estatística médica deste império.** / J. F. X. Sigaud; Tradução de Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 424 p., tab. (coleção História e Saúde; Clássicos e Fontes).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** - conferência proferida por Michel Foucault na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de maio de 1978. Tradução: Tradutores independentes. Rio de Janeiro: LUG editora, 2018. Disponível em: <http://clinicand.com/wpcontent/uploads/2021/04/O-que-e-a-critica-versao-final.pdf> . Acesso em 13/07/2021.

GIACOMASSI, Diego Regio. **A ordem da natureza: romantismo, história natural e medicina na obra de Emílio Joaquim da Silva Maia (1834-1859).** 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72561/R%20-%20D%20-%20DIEGO%20REGIO%20GIACOMASSI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 02/03/2022.

KODAMA, Kaori. O periódico O Philantropo e o debate racial na década de 1850. In: III Encontro **Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007, Florianópolis. Anais - 3^o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: Oikos Editora, 2007.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849- 1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n 56**, p. 407- 430, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200007> . Acesso em: 14/07/2021.

KURY, Lorelai. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 2**, p. 267-91/ jul – out. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001> . Acesso em: 17/07/2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2**, abr.-jun. 2020, p. 337-354. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yMLRbdcvgNYtQFP5Mr57gYC/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 14/07/2021

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2018. E-book. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Do%20tr%C3%A1fico%20ao%20p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o%20-%20E-book.pdf> . Acesso em: 14/07/2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STREIFFORD, David M. The American Colonization Society: An Application of Republican Ideology to Early Antebellum Reform. **The Journal of Southern History**, vol. XLV, n. 2, may, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2208152>

TELLES, Lorena. F. S. Amas de leite. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos** / Lília Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs). – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 99-105.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**, v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

Artigo recebido em 29/04/2022 e
aprovado para publicação em 14/08/2022